

LUIZ GUILHERME MARINONI

COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL

- A retroatividade da decisão de (in)constitucionalidade do STF sobre a coisa julgada
- A questão da relativização da coisa julgada

3.^a edição revista e atualizada

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL

- A retroatividade da decisão de (in)constitucionalidade do STF sobre a coisa julgada
- A questão da relativização da coisa julgada

3.^a edição revista e atualizada

LUIZ GUILHERME MARINONI

1.^a edição: 2008. .

2.^a edição: 2010.

1298

© desta edição [2013]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

GISELLE TAPAI

Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso site: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [05 - 2013]

Profissional

Fechamento desta edição [16.04.2013]



ISBN 978-85-203-4769-0

9782034769

Sumário

| | |
|--|----|
| APRESENTAÇÃO À 1. ^a EDIÇÃO..... | 7 |
| 1. INTRODUÇÃO..... | 13 |
| 2. PODER DE CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE, DECISÃO JUDICIAL E COISA JULGADA MATERIAL | 17 |
| 2.1 O dever-poder judicial de controle difuso da constitucionalidade e a legitimidade da sentença fundada em lei posteriormente declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal | 17 |
| 2.2 A impossibilidade de a decisão de inconstitucionalidade atingir a coisa julgada à luz do significado da decisão jurisdicional no Estado Constitucional..... | 24 |
| 2.3 O reflexo da distinção entre os sistemas difuso e concentrado sobre a questão da retroatividade da decisão de inconstitucionalidade sobre a coisa julgada..... | 42 |
| 3. A DECISÃO DE (IN)CONSTITUCIONALIDADE DIANTE DO INSTITUTO DA COISA JULGADA | 55 |
| 3.1 A coisa julgada como regra para a existência do discurso jurídico | 56 |
| 3.2 A coisa julgada como elemento indispensável à afirmação do poder estatal | 58 |
| 3.3 A coisa julgada como corolário do direito fundamental de ação (à tutela jurisdicional efetiva) | 62 |

| | |
|--|-----|
| 3.4 A coisa julgada como corolário do princípio da segurança jurídica | 63 |
| 3.5 A proteção à coisa julgada no ordenamento brasileiro | 68 |
| 3.6 Coisa julgada e questão constitucional incidente... | 71 |
| 3.6.1 Parte dispositiva e fundamentos da sentença . | 71 |
| 3.6.2 A questão de constitucionalidade e a eficácia preclusiva da coisa julgada | 74 |
| 3.7 Significado da decisão de inconstitucionalidade do Supremo Tribunal Federal diante das decisões dos juízes e dos tribunais protegidas pela eficácia preclusiva da coisa julgada..... | 77 |
| 3.8 A segurança jurídica como fundamento da irretroatividade da decisão de inconstitucionalidade sobre a coisa julgada..... | 84 |
| 3.9 A irretroatividade da decisão de constitucionalidade sobre a sentença que deixou de aplicar a lei por reputá-la inconstitucional..... | 87 |
| 4. A DECISÃO DE (IN)CONSTITUCIONALIDADE COMO FUNDAMENTO DA AÇÃO RESCISÓRIA | 93 |
| 4.1 A rescisória fundada em “violação literal de lei” (art. 485, V, CPC) | 93 |
| 4.2 O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça diante da ideia de interpretação controvertida nos tribunais. Crítica | 96 |
| 4.3 O verdadeiro fundamento da rescisória: decisão que viola norma constitucional ou retroatividade do <i>ius superveniens</i> sobre a decisão transitada em julgado? | 116 |
| 4.4 Hipóteses em que se admite ação rescisória baseada em violação de norma constitucional | 117 |

| | |
|--|-----|
| 5. A DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE COMO OBSTÁCULO À EXECUÇÃO DA SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO | 119 |
| 5.1 Os arts. 475-L, § 1.º, e 741, parágrafo único, do Código de Processo Civil | 119 |
| 5.2 A lógica e a legitimidade da oposição à execução (embargos do executado e impugnação) em face da coisa julgada | 121 |
| 5.3 A decisão de inconstitucionalidade, como motivo capaz de obstaculizar a execução, diante da coisa julgada material | 123 |
| 5.4 A ilegitimidade da decisão de inconstitucionalidade, como fundamento de oposição à execução, no sistema brasileiro | 128 |
| 5.5 O sentido das normas dos arts. 475-L, § 1.º, e 741, parágrafo único, no sistema de oposição à execução | 132 |
| 5.6 A declaração de inconstitucionalidade como fundamento de oposição à execução provisória | 133 |
| 6. COISA JULGADA E RELAÇÕES CONTINUATIVAS..... | 137 |
| 6.1 Fundamentos, eficácia preclusiva da coisa julgada e alteração das circunstâncias..... | 137 |
| 6.2 Alteração das circunstâncias. Fato e direito novos . | 142 |
| 6.3 Relação continuativa, alteração e manutenção das circunstâncias | 144 |
| 6.4 A confusão no âmbito do direito tributário | 146 |
| 6.5 Declaração de inconstitucionalidade como <i>ius superveniens</i> | 153 |
| 6.6 Declaração de constitucionalidade como circunstância nova..... | 154 |
| 6.7 Eficácia da decisão de (in)constitucionalidade, coisa julgada e relação continuativa | 158 |

| | |
|--|-----|
| 7. A COISA JULGADA E A MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL... | 161 |
| 8. PROPORCIONALIDADE E COISA JULGADA | 177 |
| 8.1 Nova técnica probatória, distorção da prova pericial e alteração da realidade..... | 177 |
| 8.2 Investigação de paternidade e exame de DNA..... | 179 |
| 8.3 Justa indenização e distorção da prova pericial | 180 |
| 8.4 A regra da proporcionalidade..... | 181 |
| 8.5 A ação rescisória como única resposta adequada aos casos do DNA e da distorção da prova pericial..... | 191 |
| 8.6 O jurisdicionado diante da desconstituição da coisa julgada. Ponto de contato entre a tutela contra o ato jurisdicional inidôneo e a tutela da segurança. O prazo constitucional | 204 |
| BIBLIOGRAFIA | 207 |
| OBRAS DO AUTOR..... | 219 |